

Linhares contesta valor de royalties

Para a prefeitura do município, valor correto ultrapassa R\$ 850 mil

ZENILTON CUSTÓDIO

Linhares - Sucursal - A Prefeitura Municipal de Linhares irá contestar junto à Agência Nacional de Petróleo (ANP) o valor dos recursos de royalties definidos para o município em março último, que foi de R\$ 292,17 mil. Com base em cálculos elaborados pelo próprio órgão em outubro do ano passado e nos critérios estabelecidos por legislação específica, os linharenses consideram que o saldo correto ultrapassa o montante de R\$ 850 mil.

"Temos certeza de que houve um equívoco", afirmou, convicto, o secretário municipal de Finanças, Bruno Marianelli. Entretanto, segundo ele, a reivindicação total dos recursos só será feita após consulta à memória de cálculos que teria sido utilizada pela ANP para definir os valores, documentação que já foi oficialmente solicitada.

De acordo com o secretário, o suposto erro teria sido notado no ato da divulgação do balanço, no dia 25 de março último mas, por cautela, só agora os administradores linharenses teriam decidido tornar o fato público.

Marianelli acha que o equívoco pode ter sido gerado pela portaria 29, de fevereiro de 2001, que estabeleceu algumas alterações na distribuição do montante de royalties destinados às prefeituras dos municípios onde são desenvolvidas atividades petrolíferas.



Divulgação

Produção

Os royalties são pagos aos municípios que produzem petróleo e possuem instalações de embarque e desembarque do combustível, caso de Linhares

Ele afirmou que em outubro do ano passado, a Associação Brasileira dos Municípios com Terminais Marítimos e Fluviais Para Embarque e Desembarque de Petróleo e Gás Natural (ABRAMT), entidade a qual Linhares está vinculado, solicitou à ANP um parecer com estimativas referentes aos recursos que seriam distribuídos após a mudança dos critérios. Tendo

como base os dados de produção de maio de 2001, os técnicos do órgão, conforme o secretário, calcularam que em março Linhares receberia o total de R\$ 853,41 mil.

Saldo

Para chegar a este saldo, a ANP considerou a produção alcançada em maio de 2001, que foi de 32,16 milhões de barris. Como a produção real

de marco deste ano foi ainda maior (36,42 milhões), os administradores linharenses reforçam a hipótese de que teria ocorrido um equívoco na elaboração dos cálculos que definiram o rateio dos recursos. O mais provável, deduz Bruno Marianelli, é que Linhares teria deixado de receber a fatia referente ao fato do município possuir instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás.

De acordo com a legislação, Linhares, assim como o município de São Mateus e mais outros 13 municípios brasileiros, está incluído na lista dos produtores que dispõe de instalações de embarque e desembarque, para os quais são reservados 0,5% de royalties de toda a produção marítima de petróleo e gás do país. Além disso, o município também participa do rateio de 0,5% da produção terrestre, com outros 57 municípios.

O QUE DIZ A LEI

Dinheiro tem aplicações específicas

A lei que flexibilizou o monopólio do petróleo no país em 1997 determinou que os royalties cobrados da Petrobras devem ser de 10% sobre o valor da produção. Antes eram cobrados 5%. Os royalties são uma compensação paga pelas empresas produtoras de petróleo a Estados e municípios de regiões produtoras, limítrofes ou envolvidas com a indústria petrolífera. Segundo a legislação do setor, 50% dos recursos dos royalties devem ser usados em obras de infra-estrutura, como energia elétrica, saneamento e pavimentação de rodovias, sendo proibido pagar pessoal e dívidas, que não sejam com a União.

Desvio de recursos é denunciado no Rio de Janeiro

Rio - Criado para financiar projetos na área de meio ambiente, o Fundo Estadual de Conservação Ambiental (Fecam), que deveria ter recebido 20% (cerca de R\$ 150 milhões) dos "royalties" - recursos vindos da produção de petróleo no Estado -, não recebeu no ano 2000 nem uma gota dos R\$ 783 milhões que jorraram dos poços do litoral Norte fluminense.

A informação consta do relatório da inspeção especial realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE) na aplicação dos recursos do petróleo obtidos no ano 2000. É apenas uma entre 12 irregularidades no uso do dinheiro reveladas pelo documento. As irregularidades vão da falta de depósitos em uma conta específica para o fundo ambiental ao uso dos recursos para o pagamento de pessoal, o que é vedado por lei.

Segundo o relatório, o Governo do Estado não conseguiu prestar contas do destino dado a parte do dinheiro arrecadado com a produção de petróleo. Os auditores encontraram uma diferença de R\$ 432 milhões entre os R\$ 783 milhões - dinheiro recebido pelo Governo estadual - e os R\$ 351 milhões, valor que os técnicos do estado comprovaram ter gasto.

No documento, os auditores classificam como ineficiente a gestão de recursos feita pela administração estadual. Pelas contas do TCE, 55% dos recursos vindos da produção de petróleo, em 2000, permaneceram no caixa do Tesouro, enquanto poderiam ter sido usados para financiar projetos do governo que foram cancelados por falta de recursos.

Outro problema chamou a atenção dos auditores. Há uma diferença entre o que o Governo informou estar disponível no Tesouro no final

de 2000 - R\$ 169 milhões - e o valor que, pelas contas do TCE, deveria ter ficado no caixa: R\$ 432 milhões.

Resposta

O ex-secretário de Fazenda, Fernando Lopes, respondeu com críticas aos auditores do TCE: "O que esses técnicos têm é uma visão distorcida e ultrapassada da lei. Trata-se de uma lei estadual que os burocratas não entendem. Uma mudança na lei permite que os recursos do Fecam sejam aplicados numa conta única. O Governo tem subcontas, nas quais os recursos ficam separados por fontes".

O ex-secretário de Meio Ambiente André Correa, que deixou o Governo esta semana, admitiu que os recursos do Fecam não foram aplicados como deveriam em 1999 e 2000. Para ele, até então, a lei que regula o fundo era morta. A legislação foi revista no fim do ano 2000 para ampliar as possibilidades de investimento com dinheiro dos royalties.

"A administração do Fecam vinha sendo irregular desde sua criação, em 1996. Em 1999 e em 2000, em tese, a lei continuou sendo descumprida porque não é de uma hora para outra que tudo muda. Entre 1999 e março deste ano, no entanto, empenhamos cerca de R\$ 330 milhões, quase o total determinado pela lei", afirmou Correa.

Segundo o ex-secretário, o fundo deverá receber este ano R\$ 250 milhões. Os recursos servirão para as obras do emissário da Barra da Tijuca (R\$ 118 milhões), na despoluição da Praia da São Conrado (R\$ 15 milhões), na contrapartida do governo no projeto de despoluição da Baía de Guanabara (R\$ 35 milhões) e no emissário de Ipanema (R\$ 29 milhões). (AG)